

400 milhões devidos ao BIS

Brasília/A. Dorgivan

Brasil não paga os US\$

ECON

Brasília — O Brasil não tem como pagar o empréstimo de 400 milhões de dólares contraído junto ao Banco Internacional de Compensação (BIS) que vence amanhã, assegurou ontem um ministro da área econômica. O porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, explicou que a ausência de um documento formal do BIS cobrando o pagamento do empréstimo significa, implicitamente, que a data do vencimento será prorrogada.

Alta fonte do Governo, que participa das negociações com os credores internacionais, garantiu ontem que o Brasil não irá pagar amanhã a segunda parcela de 400 milhões de dólares devida ao BIS, o banco central dos bancos centrais. A parcela será bancada pelos principais bancos centrais que integram o BIS, liderados pelo Federal Reserve Bank, dos Estados Unidos. A solução estava tomada desde a tarde de terça-feira, acrescentou a fonte.

Segundo ainda o mesmo informante, as medidas adotadas ontem pelo Conselho de Segurança Nacional devem facilitar bastante as negociações com o Fundo Monetário International, por que o impacto da limitação dos reajustes salariais a 80% do INPC pode representar, no caso dos gastos de pessoal das empresas estatais — Cr\$ 5 trilhões — uma economia de Cr\$ 1 trilhão no espaço de um ano, ou Cr\$ 500 bilhões neste semestre.

Ontem estiveram no Palácio do Planalto três membros da missão do FMI: John Lipsky, do Departamento de Câmbio e Relações Comerciais; Ana Maria Jul e Thomas Reichmann, do Departamento do Hemisfério Ocidental. Hoje pela manhã, a missão reúne-se novamente no Planalto com os Ministros do Planejamento, Delfim Neto; e da Fazenda, Ernane Galvães; e com o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, para tratar do déficit público e da inflação.

Também hoje devem ser acelerados os entendimentos com a missão do FMI para a assinatura da terceira Carta de Intenção, para o acerto formal das metas de ajustamento trimestral amanhã, previu o informante, com a assinatura formal da Carta de Intenção até segunda-feira.

Remédios amargos

Os crônicos problemas de caixa, revelou um ministro da área econômica, levaram o Presidente Figueiredo a adotar o pacote econômico que vai desde a queda real dos salários até o tabelamento dos juros internos.

O arrocho salarial que resultará das medidas ontem anunciadas poderá gerar mais empregos, "através da maior competitividade dos produtos que serão oferecidos a preços mais baratos no exterior", comentou o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena.

Na conceção do Governo, segundo dois assessores do Gabinete Civil da Presidência da República, o Brasil enfrenta hoje três grandes vulnerabilidades: a do serviço da dívida (para 1983, somente de juros o país deverá despender 12 bilhões 500 milhões de dólares); a do petróleo; e a da tecnologia.

Sanear a economia

As medidas evitam a alternativa da moratória e, segundo um Ministro da área social, em síntese servirão para mostrar aos credores do país que o Governo está vivamente empenhado em sanear a economia nacional e ajustar-se ao figurino de austeridade talhado para os países em desenvolvimento pelos organismos internacionais, reconhecem duas fontes do Ministério da Fazenda.

Thomas Reichmann, futuro chefe do Departamento do Atlântico do FMI, por exemplo, gostou das medidas ontem anunciadas pelo Palácio do Planalto, porque elas "contribuirão para o avanço das negociações entre o Fundo e o Brasil".